

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Sintergs pede suspensão de processo seletivo estadual

Executivo gaúcho afirma em nota que prestará esclarecimentos

/ TRABALHO

Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

O processo seletivo lançado em 11 de novembro pelo governo do Rio Grande do Sul foi alvo de críticas do Sindicato dos Servidores de Nível Superior do RS (Sintergs), que, nesta quarta-feira, ingressou com Ação Civil Pública na Justiça pedindo a sua suspensão. Conforme o Executivo, os esclarecimentos solicitados serão realizados no prazo de três dias úteis.

O edital aberto pelo governo gaúcho trata de um processo seletivo de 2.052 vagas temporárias para 58 especialidades diferentes. A contratação dos selecionados tem prazo de 24 meses a partir da admissão, e há cargos de nível médio e superior. O prazo para inscrição de candidatos se encerrou nesta quinta-feira.

A posição do Sintergs é de que seja realizado concurso público, em vez do processo seletivo proposto. O presidente do sindicato, Nelcir André Varnier, se mani-



ANDRESSA PUFAL/JC

Sindicato defende que provimento de cargos deve ser por concurso público

festou: “A atitude do governador desrespeita as pessoas que estão se preparando para ingressar no serviço público, desrespeita os empresários de escolas preparatórias e de produção de conteúdo, entre outros”.

À Justiça, o dirigente solicitou que se obrigue o governo do Estado a fazer concurso público no prazo de 90 dias. A declaração de Varnier ainda aponta o “desrespeito às regras pactuadas em leis

com o povo” por parte da gestão estadual, e a ação judicial pede que se cumpra a constituição.

A Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado (SPGG), que abriu o processo de seleção de trabalhadores funcionários, afirmou em nota que foi notificada para manifestação sobre a Ação Civil Pública protocolada pelo Sintergs, e prestará os esclarecimentos solicitados pela Justiça no prazo de três dias úteis.

Lira sai em defesa de deputados indiciados pela PF

/ CONGRESSO NACIONAL

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse, nesta quarta-feira, que a casa irá “aos últimos limites” para que “responda por abuso de autoridade quem infringir a capacidade dos parlamentares”.

A declaração foi dada em defesa do deputado federal gaúcho Marcel van Hattem (Novo) e do Cabo

Gilberto Silva (PL-PB), indiciados pela Polícia Federal por pronunciamentos no plenário da Câmara.

“Não é para agredir e nem para enfrentar ninguém. Agora a Casa, na sua procuradoria, na sua advocacia, vai chegar aos últimos limites para que respondam por abuso de autoridade quem infringir a capacidade dos parlamentares nessa Casa, seja eles quais forem”, disse Lira. “Deputado Van Hattem e Gilberto

Silva não são merecedores dos inquéritos, dos indiciamentos feitos a esses deputados. É com grande preocupação que observamos recentes investidas da Polícia Federal para investigar parlamentares por discursos proferidos em tribuna.”

O presidente da Câmara reforçou que tomará as medidas possíveis contra as ações. “O Parlamento não é e não pode ser alvo de ingerências externas que venham a coibir o exercício livre do mandato”, afirmou. “Não permitiremos retrocessos que ameacem essa garantia fundamental. Essa casa tomará todas as medidas garantidas pela Constituição Federal e pela lei para defender as prerrogativas parlamentares notadamente dentro do próprio Parlamento.”

Nesta semana, Van Hattem e Gilberto Silva foram indiciados pela PF após críticas ao delegado Fábio Schor em discursos no plenário da Câmara. Hattem acusou Schor de produzir “relatórios fraudulentos” sobre o ex-assessor do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Filipe Martins. Silva fez declarações semelhantes.



PABLO VALADARES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Presidente da Câmara, Arthur Lira mencionou ‘abuso de autoridade’



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Esforço concentrado

A Câmara dos Deputados entra na próxima semana em um esforço concentrado para votar o pacote de contenção de gastos do Palácio do Planalto. A intenção do presidente Arthur Lira (PP-AL) é analisar as medidas antes da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Câmara com sessões todos os dias

O presidente da Câmara pediu aos líderes para mobilizarem os deputados para realizar sessões de segunda a sexta-feira com o intuito de finalizar todas as pendências presentes na pauta. As sessões habitualmente ocorrem às terças e quartas. Já na quinta-feira pela manhã, os parlamentares partem para suas bases eleitorais, onde cumprem agendas com seus eleitores ou familiares.

Corte de gastos

Brasília estava movimentada nesta quinta-feira, menos no Parlamento. Alguns fatos movimentaram a Esplanada dos Ministérios. No Palácio do Planalto, foi o desdobramento do anúncio feito pela Fazenda, com as mudanças que buscam o corte de gastos. Em algumas comissões, na Câmara dos Deputados, parlamentares cumpriam agenda, principalmente, de audiências públicas, entretanto, o assunto entre a acanhada presença de deputados era o futuro de Jair Bolsonaro (PL), por conta do inquérito da Polícia Federal encaminhado pelo ministro Alexandre de Moraes à Procuradoria-Geral da República (PGR).

Plenário vazio

No Plenário Ulysses Guimarães, na Câmara, a sessão que estava sendo realizada contava com apenas poucos deputados e alguns assessores, apesar de estar registrando no painel 209 presenças. Às 10h30m, apenas dois deputados ocupavam aquele amplo espaço democrático. Na presidência da sessão, o deputado Dr. Fernando Máximo (União-RO), e, na tribuna, o deputado Eli Borges (PL-TO, foto), com quem conversei logo após seu pronunciamento. Falamos sobre o “pacote” que estava sendo anunciado pelo Palácio do Planalto.



PABLO VALADARES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Governo perdeu o controle

Na avaliação do deputado Eli Borges, “o governo perdeu o controle”. “Estouraram tanto com gastos desnecessários que perderam o controle. A grande prova é o excesso de ministérios, que dificulta a gestão. Agora temos uma casa que gastou mais do que tinha. Vamos ter que pagar essa conta por falta de coerência na gestão”, protestou o congressista.

Marco regulador da internet

A proposta de regulação da internet está no Parlamento há mais de quatro anos. Agora, o Supremo vai tomar uma decisão. Sobre isso, Eli Borges disse: “o Supremo vive tomando decisões que não são dele. O lugar para resolver isso é aqui. Quando a gente quer resolver aqui, eles vêm e fazem as famosas interferências e criam dificuldade. Por exemplo, a descriminalização das drogas é um tema nosso. Eles levam pra lá”, reclama o congressista.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.



www.sko.com.br | 51 3342.9323

Ética • Dinamismo • Confiabilidade